



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

SECRETARIA DE MOBILIDADE URBANA

Ata da Audiência Pública novo transporte público de São José dos Campos

Folha nº	14902	Data	24/02/20
Proc. nº	37570-2707		
Ass.:			

Aos 03 de maio de 2019, às 19:40, reuniram-se, no CEFE – Centro de Formação do Educador, sito a Av. Olivo Gomes, 250 - Santana, São José dos Campos - SP, o secretário adjunto da Secretaria de Mobilidade Urbana, Douglas Ivanov, representantes da Secretaria de Mobilidade Urbana de São José dos Campos e membros da sociedade, que foram comunicados com antecedência de 15 dias, seja através da portaria nº 15/SEMOB/19, e da divulgação através de 391 cartazes distribuídos em todos os ônibus do sistema de transporte público coletivo de São José dos Campos. Estavam presentes 159 pessoas, de acordo com a lista de presença.

O Secretário Adjunto deu início à audiência pública, comunicando os motivos pelos quais audiência foi convocada e informou as datas das oficinas públicas que serão realizadas em prol do projeto do novo transporte público da cidade. Após, prosseguiu com a leitura da portaria nº 15/SEMOB/19, com a finalidade de nivelar o entendimento do motivo que levou à realização da audiência pública, quer seja a análise das necessidades técnicas de prorrogação de contratos de concessão do transporte coletivo. Em leitura da portaria, o Secretário apresentou as regras previamente estipuladas para a organização e andamento da audiência pública a que deu início. Por fim, passou a palavra para arquiteta Débora Redondo da Secretaria de Mobilidade Urbana. A Arqtª Débora iniciou sua apresentação tratando dos motivos que levaram a Prefeitura de São José dos Campos a entender a necessidade da prorrogação de dois lotes que operam o transporte público do município a fim de que os contratos venham a termo na mesma data. Depois de encerrada a apresentação foi aberto o espaço para manifestação do público presente que se inscreveu durante a primeira hora após o início da audiência. O Secretário Adjunto Douglas chamou cada munícipe pelo nome fornecido e registrado em lista. Segue registro aproximado da manifestação de cada munícipe, com foco no registro do questionamento suscitado. Registre-se que, em conjunto com a presente ata, será disponibilizada no portal eletrônico da Secretaria, em sua integralidade, o registro em áudio da audiência.

Eduardo José questionou como seria o novo sistema aplicado pela secretaria e como seria a apresentação do mesmo; Geovane Silva, se dentro do dispositivo tecnológico apresentado pela secretaria, está prevista alguma modalidade nova de modal de transporte para a cidade; César Jorge questionou sobre o que está sendo pensado para desestimular o uso de carros e motos na cidade; Fabio Silva questionou se não poderíamos abrir o setor de transporte público, para qualquer um que queira empreender e assim a prefeitura poderia agir como um “árbitro” de vários modais e empresas; Conrado Indiane questiona se existe algum tipo de aplicativo do transporte público que possa integrar com o transporte coletivo e se existe alguma posição sobre este fato; Sidney Campos sugere a integração entre os bairros com linhas diretas, além de ampliar a quantidade de vans. Por fim alega que motoristas são mal educados e não respeitam os munícipes, sugere a realização de cursos; Francisco Leandro reclama que não há auditoria do sistema e que para projetar um novo é necessário ver o que ocorreu no passado e está acontecendo. Complementa que o relatório apresentado para a audiência pública não apresenta um novo transporte, e se trata de um documento que justifica a necessidade de prorrogação contratual. Também alega que existe um saldo de 20 milhões de reais “travados” no sistema, sem uso; Murilo Magalhães questiona que se o transporte é público, por qual motivo ocorre o pagamento de tarifa; Angélica Gomes reclama que as linhas 121 e 128 passam com atraso e estão constantemente lotadas e solicita um semáforo na região; Sueli de Souza alega que trabalha no Jardim do Golfe e tem dificuldade para sair e chegar no trabalho, pois os ônibus estão constantemente lotados; Raquel Gomes reclama que os ônibus da linha 121 e 128 não param nos pontos e estão sempre lotados, sendo necessário colocar mais ônibus; Vereadora Amélia Naomi reclama da dificuldade das domésticas e questiona como funcionariam as novas tecnologias; Lavinia Fernanda de Souza Faria reclama do tempo de espera do ônibus do Urbanova, e que a prefeitura disponibiliza um horário dos ônibus, mas normalmente não é respeitado e os ônibus não chegam na hora certa. Complementa que o aplicativo disponibilizado pela prefeitura para recarga das carteirinhas vem dando problemas; usuários não estão conseguindo carregar. Por fim questiona que se o aplicativo é para o povo, tem pessoas que não tem internet e se no ponto não tem internet como eles usariam o aplicativo; Michael Santos foi chamado e não compareceu para realizar a manifestação; Weberton Quintanilha, membro do conselho municipal de mobilidade urbana e representante dos usuários do transporte coletivo,



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS
SECRETARIA DE MOBILIDADE URBANA

declarou que todos deveriam participar democraticamente, pois as pessoas que elaboram leis não usam o transporte público, então, por isso, as pessoas deveriam participar mais; Leandro Francisco reclama do intervalo muito grande dos ônibus entre 11:30 e 13:00 no Morumbi (zona sul) e questiona o porquê do transporte alternativo não estar integrado com os ônibus e com o bilhete único; Roberto Chagas, após chamado, estava presente na audiência mas manifestou que não tinha interesse em se manifestar; André Luís Cardoso questionou sobre o fato de a Urbam possuir em seu estatuto a autorização para operar o sistema de transporte público e se isso seria uma opção na próxima licitação. Também questiona se seria possível a municipalização do transporte público municipal; José Carlos de Sousa demandou a manutenção dos cobradores no sistema e questionou que o Consórcio 123 pertence às empresas de ônibus e por qual motivo não se delega para outro órgão realizar a fiscalização do sistema; O vereador Wagner Balieiro reclama que o transporte público tem que ser visto enquanto política pública e não deve ser visto como uma questão de mercado ou visar o lucro. Complementa que o relatório da FGV meramente serve como diagnóstico para discutir a mudança da lei e não trás um novo modelo ou sistema. O vereador também manifesta que aguarda pela apresentação de um novo modelo e que após as oficinas públicas haja uma devolutiva e discussões acerca do modelo que se pretende trabalhar na cidade. Além disso, o vereador sugeriu que o controle da bilhetagem ficasse em poder da prefeitura, pois seria mais fácil a integração e distribuição com outras empresas e modais. Também questionou se haveria contrapartida na prorrogação dos contratos, por quantos anos ocorreria tal prorrogação e se haveria outorga proporcional a este período. Quanto ao contrato com a Fundação Getúlio Vargas, solicitou que os estudos fossem divulgados na internet à medida que ocorressem, pois o contrato dura 36 meses e deve ser público; Levi Fernandes da Silva alega que as concessionárias possuem 20 milhões, mas o sistema não foi auditado. Manifestou que não há como aumentar o número de usuários sem aumentar o número de ônibus; Camilo Felipe questiona se haverá uma ligação direta entre Zona Sul e Zona Norte; Gustavo Ferreira sugere que com relação às pessoas com deficiência física, que para quando perdem o agendamento na van, que sejam disponibilizadas mais vagas nos ônibus. Acrescenta que não compreende a questão da existência dos lotes. O secretário adjunto esclareceu essa divisão dos lotes será revista no momento de realização da licitação; Carlos Eduardo Carvalho, membro do conselho municipal de mobilidade urbana e representante do transporte alternativo, reclama que ficou de fora na antiga licitação. Além disso, questiona se a bilhetagem será estendida ao transporte alternativo na nova licitação e se ocorrerá a manutenção de três lotes no sistema; Antônia dos Santos foi chamada para se manifestar e não se apresentou; Varley Menconi sugeriu tirar o período de férias dos ônibus, reduzir o preço das tarifas nos dias que tiver frota de ônibus reduzida, aumentar o tempo de integração e, por fim, reclamou do aplicativo não funcionar; Inácio Alves dos Santos questiona que em alguns bairros não há ônibus e se algo estaria sendo feito para resolver tal problema; Elias Pereira da Silva questiona se haverá alguma mudança para os trabalhadores do transporte e se serão incluídos no novo projeto; Antônio Cesar declinou de se manifestar; Jairo Salvador, defensor público, reclamou que estaria ali para discutir o novo transporte e não para discutir a prorrogação contratual. Manifestou que as justificativas não foram convincentes. Questionou o porquê de realizar a prorrogação e não a antecipação do término do contrato e manifestou que não entraria nesta discussão. Manifestou sua insatisfação com reiteradas convocações da população para discussões e que, após, a decisão final ter ficado a cargo dos técnicos das secretarias. Reclamou de políticas públicas voltadas para bicicletas e patinetes de aluguel em algumas regiões da cidade. Requisitou que ficasse registrado o que segue: que quem tem de discutir transporte público são os envolvidos, os trabalhadores e usuários de transporte público. Acrescentou que deve haver uma instância deliberativa e não consultiva para as tomadas de decisões e que sem a existência da mesma, haveria mais uma ação; Eliomar Brito reclama que, em relação às oficinas públicas, apenas no Campo de São José não haverá oficina e requisita a realização de oficinas na região do Cajuru; Henrique Veneziani questiona o local e data das oficinas públicas e onde há a divulgação das mesmas. O secretário adjunto informou os locais onde ocorrerá cada uma das oficinas; Reinaldo Corrêa reclama que os transportes públicos estão sendo prejudicados por obras que ocorrem nas vias públicas e sugere que haja mais sincronização. Manifesta que as máquinas deveriam parar e dar preferência nos horários de pico; Mona Lisa de Andrade reclama que há poucos ônibus na UNIP e questiona o que pode ser feito, visto que estão sempre lotados; Felipe Santos questiona se serão criadas rotas alternativas entre a Zona Sul e Zona Leste; Wellington Rocha relata a necessidade

S
/



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS
SECRETARIA DE MOBILIDADE URBANA

Folha n° 14904 Data 24/03/20
Proc. n° 27570-2/07
Ass.:

de melhorar e rever os horários de ônibus. Além disso reclama que a prefeitura é muito rigorosa na fiscalização contra os motoristas e cobradores do transporte público estacionados no ponto final. Reclama da falta de banheiro na Praça Afonso Pena. Manifesta que sua profissão é uma das mais estressantes e que o descumprimento do horário é muito das vezes por causa do trânsito. Por fim requer que seja posto em pauta a questão do emprego do cobrador; Marcos dos Santos questiona sobre o tipo de integração que seria adotada, visto a possibilidade de seguir modelos de Portugal, Inglaterra, Alemanha, Itália e Grécia. Sugere o subsídio como ocorre na Inglaterra, onde há um sistema de cobrança baseado no grupo de serviço e horários, assim como existem bilhetes específicos vinculados à horários. Requer o reposicionamento com relação ao cobrador. Por fim reclama do tempo de espera na ECO; Sidney Custodio reclama que na região Leste, no Campos de São José, a empresa não instalou mais lugares de recarga da carteirinha e que o asfalto encontra-se muito danificado no corredor de ônibus da região; Robério Costa reclama que a estrutura da ECO é insuficiente para a quantidade de pessoas e que por diversas vezes a integração demora para ocorrer e não é possível realizá-la; Paulo Rodolfo argumenta que se os vereadores, secretários e o prefeito usassem o transporte público o transporte seria melhor. Também questiona se para a política de transporte público em São José dos Campos haveria um projeto que esteja em concordância com o aquecimento global e as mudanças climáticas. Além disso, reclama que se o transporte é público ele deveria ser gratuito, pois paga-se impostos para que o público atenda a população; Marton Renan questionou que a integração entre outros modais inclusive bicicletas não deve ocorrer apenas em áreas nobres, mas também em lugares pobres. Sugere que o sistema de bilhetagem deve ficar na mão da prefeitura para ter o maior controle e facilitar a integração com outros modais. Acrescenta que se avalia a remoção de cobradores de ônibus, mas que os alternativos também possuem cobradores, sendo que são menores do que um ônibus.

Eu, Douglas Ivanov, junto com Débora Redondo, secretariei a presente ata em 01 via, devidamente assinada por Douglas Ivanov, Débora Redondo e Marcelo Veneziani, membros da Secretaria de Mobilidade Urbana que estavam presentes na audiência.

São José dos Campos, 03 de maio de 2019.

Douglas Ivanov

Débora Redondo

Marcelo Veneziani